

Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil

José Willington Germano - UFRN

*“Madame diz que o samba tem pecado...
tem cachaça, mistura de cor...
é música barata sem nenhum valor...”.*

RESUMO

A elite brasileira plasmou ao longo do tempo imagens preconceituosas e discriminatórias com relação aos pobres, contingente formado principalmente por trabalhadores, negros, índios, nordestinos, favelados. A construção social dos pobres percorre uma trajetória que vai da condição de “vadios”, na virada do século XIX para o século XX, a de “excluídos”, na passagem do século XX para o XXI. Isso repercute, evidentemente, nas políticas sociais, entre as quais as políticas de educação; mais notadamente no que diz respeito à alfabetização e à educação de jovens e adultos. Malgrada a existência de milhões de jovens e adultos desprovidos de letramento, em decorrência do caráter excludente da sociedade brasileira. Tais políticas têm se traduzido sempre, como residuais, fragmentadas, emergenciais. Dessa forma, atuam como pronto-socorro social, com forte viés clientelista, e não como direito de cidadania.

Palavras-chave: Pobreza. Elite. Analfabetismo. Política educacional. Alfabetização de jovens e adultos.

ABSTRACT

Through time, the Brazilian elite has shaped prejudicial and discriminatory images in relation to Brazil's underprivileged classes, which is made up

mainly of the working classes, Negroes, Indigenous people, Northeasterners, and slum dwellers. The social construction of the underprivileged classes takes a trajectory that goes from a description of them as “lazy” at the turn of the 20th Century to one of “exclusion”, at the turn of the 21st Century. This has repercussions, evidently, for social policies, including educational policies, most notably in regards to literacy and the education of young people and adults, in spite of the fact that there are millions of illiterate young people and adults due to the character of their social exclusion from Brazilian society. Such policies have always been regarded as residual, fragmentary and urgent. In this way they behave as a social emergency treatment with strong consumerist tendencies and not as given right of citizenship.

Keywords: Poor. Elite. Illiteracy. Educational policies. Literacy of young people and adults.

INTRODUÇÃO

Para a elite brasileira, os pobres são classificados como “música barata sem nenhum valor”, como diz o samba de Haroldo Barbosa e Janet Almeida. Esta imagem está fortemente presente desde o Brasil colonial e escravista em textos de cronistas como Antonil¹, em estudiosos do país do século XIX e

¹ Os comentários acerca dos pobres na literatura têm como base, em grande medida, o dossiê publicado pelos Novos Estudos CEBRAP em 1982, principalmente os artigos de VERGUEIRO,

princípios do século XX, na literatura brasileira e no discurso dos dominantes, configurando um inequívoco *imprinting* cultural. Prevalece, desse modo, uma visão na qual os pobres são vistos como *vadios, arre-dios ao trabalho, trapaceiros, violentos, dolentes, incultos*. Isto está presente na literatura, como foi dito. Assim, algumas das principais personagens da literatura brasileira são preguiçosos ou “heróis sem caráter”, a exemplo de “Macunaíma” de Mário de Andrade, ou ainda contribuem para reforçar o imaginário acerca de uma baianidade marota, que não leva nada a sério, como em certos textos de Jorge Amado, no que pese a valorização do povo e da cultura popular, expressa pelos referidos escritores ao longo das suas respectivas obras.

Para outras visões, como a de Euclides da Cunha, a pobreza decorre da natureza, portanto, do meio ambiente físico e da degeneração racial provocada pela mestiçagem. Euclides da Cunha, em sua obra fundamental “Os Sertões”, trata de uma revolta de pobres do campo, liderada por uma figura messiânica e mística, Antônio Conselheiro. Essa rebelião, como se sabe, teve lugar em Canudos, sertão da Bahia, sendo violentamente reprimida pelas tropas governamentais.

Nessa perspectiva, começa a ganhar contorno o timbre de uma região, até então inexistente, o Nordeste brasileiro, cuja pobreza, sob essa ótica, estava associada a intempéries da natureza, como as secas, a violência e a rebeldia de pobres, destituídos de riqueza material. Além disso, passa-se a atribuir uma clara territorialidade a essa pobreza: a aridez e os confins dos sertões e, por conseguinte, do mundo rural, lugar onde não habita a civilização. Essa relação, entre natureza inóspita e pobreza, foi notada por Gramsci, ao se reportar ao “mezzogiorno” italiano, quando observa que para o norte (a região industrializada), visão incorporada inclusive por certas facções progressistas, o atraso do sul era decorrente de forças naturais e da “incapacitá organica degli uomini” (incapacidade orgânica dos homens) meridionais.

No tocante ao Nordeste do Brasil, dissemina-se a imagem de uma região pobre porque é seca, povoada por retirantes, cangaceiros, devotos de Padre

Cícero e coronéis latifundiários. Essa imagem está presente no cinema, na literatura, na música, na pintura, no discurso acadêmico, político e jornalístico. Na literatura de Graciliano Ramos, no entanto, a miséria é vista a partir das relações sociais de exploração existente entre os homens.

Os pobres são retirantes da seca, sertanejos de linguagem lacunosa, que agem sob o signo da impotência. Para esses destituídos, dos quais Fabiano - personagem de “Vidas Secas” é expressão máxima, a palavra escrita é causa de angústia e opressão. Isto ocorre porque ela (a palavra escrita) representa os cadernos de contas do patrão que ele não pode decifrar, uma vez que é analfabeto, podendo, assim, ser enganado. Em síntese, tais cadernos simbolizam a exploração do proprietário da terra. O tema da impotência está presente, igualmente, na poesia de João Cabral de Melo Neto, em que os pobres aparecem como “homens de pão escasso” e “calada condição”. Aparecem, também, como retirantes em “Vida e Morte Severina”. A literatura de Graciliano e João Cabral se reveste de caráter crítico. Contudo, existem outras visões que encaram a pobreza como virtude. Neste caso, para essa concepção essencialista, haveria *pobres dignos* (que trabalham honradamente) ou *indignos* (vadios), de condição moral degradante.

Na área dos ensaios interpretativos do Brasil ou nos estudos historiográficos sobre o país, a mestiçagem aparece na obra de vários autores com uma conotação negativa, depreciativa com relação “aos de baixo”. A frase da música de Haroldo Barbosa e Janet Almeida parece ter captado o sentido dessa visão preconceituosa das elites, que marca a vida brasileira: “madame diz que o samba tem pecado... tem cachaça, mistura de cor”. Este é o caso de Oliveira Vianna para quem a classe dominante (a aristocracia rural) “forma o *centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade*, enquanto que as *camadas plebéias*, pela mistura que carregam no sangue, formam um grupo desorganizado moralmente” (CRUZ, 2001, p.55. Grifos do autor). Mesmo um autor de orientação marxista, como Caio Prado Júnior (*apud* LAPA, 1999, p. 264, 271. Grifos do autor), que escreveu uma obra de vulto, expressou

visão preconceituosa. Para ele, “a fonte de organização social (organização fundamental do país) atingiu negros e índios gerando decorrências fatais: lascívia, ociosidade, inorganicidade”. Desse modo, “esse caldo étnico formado por *pretos boçais* e *índios apáticos*, engrossados por *brancos degenerados* e *decadentes*” é apontado, “como sendo o substrato da nossa sociedade, fatal comprometedor de um processo revolucionário”. Conforme escreve, “aquelas categorias vieram dar no *caipira* e nos *desclassificados*” que “onearam contemporaneamente o povo e a sociedade brasileiros”. Nesse ponto, a obra de Gilberto Freyre vai além do enfoque dado por Caio Prado, mas isto não é o motivo do presente trabalho.

“É evidente que esse imaginário com relação ao “andar de baixo” tem origens históricas. Em âmbito geral, desde o início do capitalismo, o estigma da vagabundagem e da pobreza como situação degradante, notadamente do ponto de vista moral, faz parte do ideário acerca dos pobres” (GERMANO, 1998, p. 28-51). Assim sendo, Geremek (1995) afirma que a pobreza é percebida de forma exclusivamente negativa. Trata-se de uma situação, conforme essa visão, que afetava certos indivíduos que não desejavam ou não estavam em condição de integrar-se ao mercado capitalista, sendo, por isso, considerada como uma “doença vergonhosa”. Na constituição do capitalismo, por exemplo, Marx (1975) fala da “lei dos pobres”, da “legislação sanguinária contra os expropriados” pelo processo de acumulação primitiva e que não eram absorvidos pela manufatura com a mesma rapidez com que eram tornados disponíveis para o mercado de trabalho. Na Europa, no entanto, ocorreu, a partir da metade do século XIX, um processo de integração da classe trabalhadora mediante a transformação do trabalho em emprego, expresso pela conquista de garantias e de direitos sociais, cujo símbolo máximo é o *welfare state*.

No Brasil, o capitalismo se constitui em decorrência da divisão internacional do trabalho e do expansionismo da Europa em busca de colônias de exploração. Surge aqui uma sociedade colonial, de *senhores e escravos*, marcando profundamente a vida brasileira até hoje. Trata-se de um país que aboliu

tardamente a escravidão (fins do século XIX), já em pleno processo de formação de uma sociedade urbano-industrial. Tal transformação possibilitou a o surgimento de uma *classe trabalhadora assalariada* (que nunca atingiria o nível de bem-estar social alcançado na Europa) e de *pobres* não integrados ao mercado de trabalho, configurando uma *nova territorialidade - a pobreza*, não apenas confinada aos sertões, mas que se inseria agora também no *espaço urbano*.

Desse modo, conforme Valladares (1995), a terminologia da pobreza experimenta uma trajetória que vai da condição de “*vadio*”, na virada do século XIX para o XX a de “*excluído*” na passagem do século XX para o XXI.

Assim, o *pobre* era identificado, por uma ampla e variada literatura no limiar do século XIX para o século XX, como *vadio*, como alguém que se recusa a vender sua força de trabalho no mercado capitalista. Essa associação à vagabundagem acabava por atribuir aos pobres à condição de “*classes perigosas*”, cuja inserção no tecido urbano se localizava no cortiço. Nessa perspectiva, esse discurso configurava uma clara divisão entre *vadios* (pobres) e *trabalhadores*.

Nos *anos 50 e 60* do século XX, em um contexto em que a economia urbana industrial havia se generalizado, época de desenvolvimentismo e de ascensão de movimentos sociais urbanos e rurais que caracterizaram o Brasil pós-guerra, a pobreza passa a ter outra definição, de caráter mais crítico e estrutural. Neste caso, a definição moral de pobreza, como responsabilidade individual em decorrência da recusa ao mercado de trabalho, e dos pobres como *vadios* é substituída por outra, de origem estrutural. A pobreza era resultante da natureza dualista do mercado que tendia a incorporar apenas parte da força de trabalho, possibilitando a formação de uma massa de marginalizados, uma “*população marginal*” ou subempregada, cujo *locus espacial*, nas cidades, era a *favela*. Nesse contexto, o favelado era sinônimo de pobre. Esse é um período, sobretudo entre 1960 e início de 1964, de intensas mobilizações sociais em favor de reformas estruturais na sociedade brasileira. Trata-se de um momento muito rico em movimentos de educação e cultura popular, envolvendo a

alfabetização de adultos, a educação de crianças, jovens e adolescentes, pobres das cidades e dos campos. Essas mobilizações foram cerceadas e alvo de intensa repressão pós-golpe civil-militar de 1964. Os movimentos sociais e educacionais foram acusados pelas forças golpistas (classes dominantes, alta cúpula das Forças Armadas, interesses norte-americanos) de praticarem a baderna, a desordem e a subversão institucional.

A partir da metade dos *anos 60*, sob o regime militar e a influência de organismos internacionais, uma outra expressão é introduzida para caracterizar os pobres, de caráter fundamentalmente essencialista, qual seja a de “*população de baixa renda*”. Nessa perspectiva, a *pobreza* passa a ser identificada com a insuficiência de renda e como sinônimo de “*carência*”, situação em que o “atendimento das necessidades biológicas e sociais dos indivíduos ou das suas famílias está abaixo de um patamar mínimo” (VALLADARES, 1995, p. 5). Desde então, a palavra “*carente*” tem sido freqüentemente recorrente na justificção de programas sociais evidenciando uma naturalização do fenômeno da pobreza e um afastamento das explicações estruturais. Desse modo, os programas sociais, entre os quais os de educação, deveriam ser definidos levando em conta uma *linha demarcatória da pobreza*. Com isso, é introduzido um princípio classificatório, no qual os grupos são colocados acima ou abaixo da linha de pobreza, onde os pobres aparecem como merecedores de assistência pública e de programas oficiais de atendimento, freqüentemente de caráter clientelista.

A partir dos *anos 1970* do século passado, o discurso sobre a pobreza ganha novas configurações. No Brasil, essa é uma conjuntura de crise do modelo econômico e político adotado pelo regime militar. O chamado “*milagre brasileiro*” começa a “*fazer água*”, provocando aumento do desemprego, aguçando a concentração da renda, ampliando as desigualdades sociais, expandindo a dita economia informal. Em âmbito internacional, têm início os processos atuais de globalização e de políticas neoliberais. Agora todos os tipos de inserção no mercado de trabalho passam a ser considerados como uma forma de traba-

lho. Daí, as várias denominações: “*trabalhador do setor informal*”, “*trabalhador por conta própria*”, “*trabalhador assalariado*”, até mesmo “*trabalhadores pobres*” (VALLADARES, 1995), uma vez que o trabalhador e o pobre já não se encontravam tão distantes e opostos, conforme a ideologia dominante atribuía no princípio do século XX. Ora, se muitos trabalhadores regularmente empregados acabaram se tornando e se identificando como pobres, isto decorreu da degradação salarial ocorrida no período.

Nos *anos 1980*, uma outra mudança ocorre no entendimento, de caráter político e social, acerca dos pobres, cujo *lôcus*, no tecido urbano, é a “*periferia*”, que passa a ser a nova territorialidade da pobreza e o *pobre* é identificada como “*morador de periferia*”, ou seja, habitante das áreas mais degradadas das cidades. Nesse período, pelas mobilizações sociais que desencadeiam, os “*moradores da periferia*” passam a figurar na cena urbana como “*novos atores sociais*” que se incorporam às lutas pela redemocratização do país e pela conquista da cidadania e dos direitos sociais. Falava-se, então, na “*força da periferia*”. Esse fato vai se refletir diretamente nas políticas e programas sociais, inclusive na área da educação, em um contexto de crise do regime militar e de ascensão desses movimentos sociais que pressionavam o Estado para que atendesse as suas demandas por serviços públicos. Ainda nos estertores do regime autoritário, criam-se programas governamentais para as “*periferias*” e para os “*carentes*” e, com a redemocratização, a partir de 1985, o primeiro governo da “*nova República*” adota como *slogan* “*tudo pelo social*”, onde o “*social*” é sinônimo de “*carente*”.

Da *década de 1990* em diante, muda-se, outra vez, o discurso sobre a pobreza, a qual passa a ser qualificada de “*exclusão social*”, que é, por conseguinte, a condição social da pobreza. Essa constitui uma conjuntura em que governos adotam políticas de ajustes estruturais abertamente neoliberais ancorados no “*mercado como modelo*”. Assim sendo, em vários países da América Latina surgiram “*aparatos e práticas de ajuste social*” que vêm implementando programas sociais voltados para os grupos mais claramente vitimizados pelos referidos ajustes econômicos. Isto ocorre tam-

bém no Brasil. Desse modo, em um cenário econômico e político em que a competição e a desigualdade são encaradas como valor positivo, torna-se emblemático que esses programas recebam, todos eles, a grife, “*solidariedade*”, seja o *Fondo de Solidariedad e Inversion Social* (FOSIS) do Chile, a *Red de Solidariedad* da Colômbia e o *Programa Nacional de Solidariedad* (PRONASOL) do México ou a *Comunidade Solidária* no Brasil.

Para Alvarez, Dagnino, Escobar (2000, p. 46), os vários “*aparatos e práticas de ajuste social*” não só “*tornam manifesta mais uma vez a propensão das classes dominantes da América Latina para experimentar e improvisar com as classes populares*”, como “*evidenciam seu propósito de transformar a base social e cultural da mobilização*”. Dessa maneira, para além do autogerenciamento da pobreza, esses programas introduzem, com frequência, um discurso expresso em termos individualizadores e economicistas do mercado, podendo com isso contribuir para despolitizar a ação coletiva de pobres e de “*excluídos*”. Isto é facilitado, por vezes, pela interveniência de Organizações não-governamentais (ONGs) profissionalizadas que atuam, em muitos casos, como instâncias de mediação entre o Estado e os movimentos populares.

Nessa perspectiva, os “*excluídos*” aparecem como não-atores, que dependem da atuação mediadora das ONGs para formular as suas demandas ao Estado, nessa nova forma de se referir aos pobres. Por sua vez, a partir dos “*excluídos*”, as ONGs têm acesso às agências de fomento a projetos sociais, sejam elas internacionais ou governamentais.

Quem são, afinal, os “*excluídos*”, conforme esse discurso? São todos os “*sem*”: os “*sem trabalho*”, “*sem teto*”, “*sem terra*”, “*sem educação*”, “*sem saúde*”, “*sem voz*”, “*sem representação própria*”, assim como, “*meninos ou moradores de rua*”, “*carentes*”, “*indigentes*”, enfim, indivíduos cuja territorialidade é a rua ou acampamentos rurais e assentamentos de reforma agrária.

Sob este prisma, essa visão traduz uma concepção essencialista que encara a “*exclusão*” como uma situação em si mesma. Para Castel (1997, p.16-22), “*a palavra exclusão oculta e traduz, ao mesmo tempo, o estado atual da questão social*”. O autor critica o uso

indiscriminado do vocábulo porque acaba por designar todas as misérias do mundo. Fazer isto “*é rotular como uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém*”. No contexto atual, portanto, falar de “*exclusão*” pressupõe que se leve em conta “*situações que traduzem uma degradação relacionada a uma posição anterior*”. Desse modo, a situação de “*exclusão*” corresponde a estados de equilíbrios anteriores e que foram perdidos. Assim, o “*excluído*” é, de fato, um “*desfiliado*”. Embora, os “*excluídos*” povoem a “*zona mais periférica caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social*”, na verdade a “*exclusão*” constitui “*efeito de processos que atravessam o conjunto da sociedade e se originam no centro e não na periferia da vida social*” (CASTEL, 1997), como uma empresa que aplica a flexibilização ou as políticas de ajustes estruturais de formato neoliberal.

A visão essencialista, no dizer de Castel (1997), constitui uma armadilha tanto para a *reflexão* como para a *ação*. Para a *reflexão*: porque simplesmente descrevem-se os “*estados de despossuir*” e omitem-se ou criam-se impasses acerca dos “*processos que os geram*”. Para a *ação*, porque as políticas sociais de reparação da “*exclusão*” acabam por tomar o lugar das políticas sociais mais gerais com finalidades preventivas e não somente reparadoras. Trata-se de *políticas residuais*, no sentido assinalado por Titmuss (citado por CASTEL, 1997), e que terminam por funcionar como um autêntico “*pronto-socorro social*”, à medida que escolhem intervir no que é periférico e não no coração mesmo dos processos que produzem a “*exclusão*”. Tais políticas se concretizam através de programas de *discriminação positiva* que levam oxigênio a quem se encontra em desespero, como as redes de “*solidariedade*”, já citadas, mas que tendem a se tornar programas de *discriminação negativa* (CASTEL, 1997), pelo potencial de estigmatização que possuem, uma vez que terminam por atribuir um *status* de cidadãos de segunda classe aos segmentos mais vulneráveis da população que deles se beneficiam. Ademais, em países como o Brasil, o neoliberalismo, aliado à cultura política autoritária, tem contribuído para manutenção do clientelismo, mediante uma forma de utilização de recursos, que funciona, por um lado, como um

sistema de recompensas e castigos aos grupos locais de poder, e, por outro, como um conduto para o “*alívio da pobreza*”, mas mantendo os seus beneficiários onde sempre estiveram: nas franjas da sociedade.

II

A configuração da sociedade brasileira, portanto, se constitui de uma heterogeneidade tal, centrada em um elevado grau de desigualdade social, que torna impraticável falar de existência de uma democracia social entre nós. Para Norberto Bobbio, a democracia social é um ideal raramente alcançável, que aponta no sentido de ir além da igualdade frente à Lei e ao voto, procurando construir ou viabilizar a distribuição da renda e da riqueza na sociedade. Para Fiori (2001, p. 204-5), no caso do Brasil, tal democracia não se verifica, “não apenas porque apenas cerca de 40% da população vivem abaixo da linha da pobreza, mas também porque o movimento de concentração de renda e da riqueza na nossa sociedade tem sido ininterrupto desde os anos cinqüenta” do século que passou. Para o autor, embora tenha ocorrido, em certas conjunturas, alguma melhora da situação daqueles que estão na base da pirâmide, na verdade, desde 1950, a concentração da renda e da riqueza aumentou. Desse modo, quer o país crescesse ou estivesse em recessão, seja no período autoritário ou no período democrático, houve o aumento da distância entre o topo e a base, entre ricos e pobres. O fato é que, exceto entre 1960 e 1964, a rigor, nunca houve espaço para políticas de incorporação e proteção de grande massa da população. Na conjuntura em apreço, foi gerado um projeto de reforma social e de democratização da sociedade, em meio a uma intensa mobilização popular, o qual foi derrotado pelo golpe civil-militar de 1964, deflagrado pelo conjunto das classes dominantes. Durante 21 anos (1964-1985), o país enfrentaria um regime ditatorial, altamente repressivo e que incrementou a concentração da renda. Com a redemocratização em 1985, abre-se um período de hegemonia de políticas neoliberais, adotadas por vários governos, para os quais o *mercado* é tomado *como modelo* de organização da vida social e política.

Ora, se o mercado é celebrado como o paradigma dos tempos neoliberais, isto possibilitou o surgimento de uma linguagem na qual se constata como diz Renato Janine Ribeiro (2000, p. 19. Grifos do autor), “*uma curiosa oposição entre os termos sociedade e social*”. Assim sendo, no discurso de governantes, empresários, economistas, políticos e jornalistas, “*a ‘sociedade’ veio a designar o conjunto dos que detêm poder econômico, ao passo que ‘social’ remete (...), a uma política para minorar a miséria*”. Sob essa ótica, “*a ‘sociedade’ é ativa: ela manda, sabe o que quer...*”, correspondendo, em grande medida, ao que se chamariam as classes dominantes. Por sua vez, o *social*, conforme assinala Ribeiro (2000, p.20), “*tem, por melhor ocorrência no discurso político, o lema ‘tudo pelo social’*”, que serviu ao Presidente Sarney para enunciar a intenção de *acudir* aos pobres “*por meio de ministérios, agências e ações que reduziriam a miséria absoluta*”.

Essa política, que prosseguiu durante o governo Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso apenas mudando o timbre, nunca deixou de ser assistencialista, clientelista, paternalista, em oposição ao que se entende por cidadania, uma vez que sempre apostou como diz Ribeiro (2000, p. 20), “*nos dispositivos de carência e de caridade*”. Por isso, fica confinada na esfera do paliativo, do “*pronto-socorro social*” como forma de atendimento, que apenas *minora as carências*, conservando, portanto, uma hierarquia social extremamente desigual. Esta desigualdade aparece no discurso dominante como decorrência da vontade de Deus, uma determinação da natureza ou, pelo menos, como resultado normal da competição ou do livre jogo de mercado.

Isso concorre para que a chamada área social do governo seja considerada nada séria, sendo objeto de constantes cortes orçamentários, acusada de corporativismo e corrupção. A seriedade, por sua vez, “*fixou residência nos ministérios econômicos*”. Sob essa perspectiva, “*a economia é séria e moderna; o social perdulário e arcaico*”. É isso o que “*justifica priorizar o socorro a um banco ou à banca em geral, sobre as necessidades sociais*” (RIBEIRO, 2000, p. 20), remetendo-se, em contrapartida, ao estatuto de carência de temas importantes; como educação, saúde, habitação e transporte coletivo.

Torna-se, portanto, evidente que o *social* e a *sociedade* não correspondem aos mesmos meios sociais, às mesmas pessoas. Conforme esse discurso, “o *social* diz respeito ao *carente*; a *sociedade*, ao *eficiente*” (...) “a *sociedade*”, talvez seja herdeira do que Norbert Elias chamou de “*sociedade da corte*” do século XVIII, “la *société*” ou ainda o que o século XIX denominou “la *Bonne Campagnie*”, ou seja, a *sociedade dos cronistas* sociais. Ocorre, no entanto, uma diferença: o conceito de “*sociedade*” de hoje não reside mais nas belas aparências dos cortesãos, mas na “*sociedade*” das páginas de economia dos jornais em que desfilam os detentores do poder econômico” (RIBEIRO, 2000, p. 21-4).

Essa cisão, entre o *social* e a *sociedade*, o *carente* e o *eficiente* tem servido de justificativa as políticas governamentais em anos recentes, como as privatizações. Conforme o discurso dominante, era necessário privatizar as empresas estatais ineficientes para o que o governo pudesse fazer o resgate da denominada dívida social. Elas foram privatizadas e, não obstante, a crise social não foi debelada tendo mesmo, em algumas circunstâncias, se agravado consideravelmente. Por isso, essas políticas assumem a dimensão de um prolongamento da desigualdade social intensa que tem marcado profundamente a vida brasileira.

III

Esse processo histórico, evidentemente, produziu milhões de analfabetos, pobres, em sua maioria, negros ou pardos, cuja territorialidade se concentra principalmente, no Nordeste do país ou nas periferias das grandes cidades. Nessa perspectiva, nunca houve uma efetiva política governamental voltada para a educação de jovens e adultos. Em geral, os programas, nessa área, assumiram sempre um caráter residual e, portanto, não estruturante. A propósito, escreve Haddad (1997, p. 200): “*Não tenhamos dúvidas. A Educação de adultos sempre manteve uma situação marginal no contexto das políticas públicas.*” Assim, “*nunca houve de fato, um esforço articulado para superar o analfabetismo adulto...*”.

É claro que, para isso, contribui o pensamento da elite ao associar os pobres à *vadiagem*, à *incompetência*, à *carência*, à “*mistura de cor*” e ao “*pecado*”, como diria o

samba de Barbosa e Almeida, enfim, ao considerá-los como *desclassificados*, como gente de segunda ordem. As palavras de José Goldemberg, ministro da Educação do governo Collor de Melo, são elucidativas. Para ele,

o adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar Goldemberg (*Apud.* HADDAD, 1997, p. 211).

Na mesma direção, deixando de lado os critérios de justiça social e cidadania e enfatizando as referenciais economicistas produtivistas, além ao gosto da visão neoliberal, pode-se observar o que diz Cláudio de Moura Castro, assessor do Banco Mundial, ex-diretor da CAPES, consultor na área de política educacional com muita influência no ministério da Educação do Brasil. Conforme ao afirmar: “*Nós não temos recursos para colocar um analfabeto por dez horas todos os dias na escola. É simples: não adianta oferecer a ele uma segunda chance dentro do mesmo sistema no qual já fracassou*”. Por sua vez, o prestigiado pesquisador educacional Sérgio Costa Ribeiro declara: “*Alfabetizar adultos é um suicídio econômico; um adulto que não sabe ler já se adaptou a esta situação*” Castro (*Apud.* HADDAD, 1997, p. 211). Igualmente sintomático desse desprezo pode ser notado nos pronunciamentos ou nos silêncios do Ministro da Educação do governo de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato de Souza (2001, p. 3-4). Em artigo recente, em que fez um balanço da sua pasta, não destinou uma só linha à alfabetização e à educação de jovens e adultos.

É evidente que essa visão da elite repercute nas políticas públicas de educação de jovens, a partir de 14 anos e adultos, que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na infância e na adolescência. Tais políticas, em geral, são fragmentadas, emergenciais, instáveis, residuais. Recebem o nome de programas, campanhas, movimentos, sinalizando a sua escassa institucionalidade. Isto não significa dizer que se possam colocar todas as iniciativas nesse campo, no mesmo patamar, cabendo ainda assinalar que nem sempre tiveram origem governamental. Ao contrário, algu-

mas das iniciativas mais importantes, como os movimentos de educação e cultura popular anteriores ao golpe de 1964, surgiram no âmbito da sociedade civil, de setores da Igreja Católica ou de prefeituras municipais. Em meio às mobilizações reformistas, no entanto, o Presidente João Goulart chegou a criar, em 1963, o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), sob a inspiração de Paulo Freire, que teve vida efêmera em decorrência da repressão pós-1964. O PNA foi acusado de subversão, como o próprio educador, que se tornou um perseguido político do regime militar.

Em todo o caso, importa assinalar que desde a Campanha Nacional de Alfabetização, lançada em 1947 e extinta nos anos 60, passando pelos movimentos de educação e cultura popular fechados em 1964, foram as seguintes iniciativas governamentais mais significativas nesse campo: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e o Ensino Supletivo, implantados pelo governo militar; a Fundação Educar, nos primeiros tempos de redemocratização, criada pelo governo Sarney (1986); o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, época do governo Collor, que não chegou a funcionar efetivamente; o Programa Alfabetização Solidária, criado em 1997, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como ramificação do Programa Comunidade Solidária, o qual funciona como uma Organização Não-Governamental (ONG), que recebe subsídios públicos e recursos privados.

No âmbito da legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº. 5.692, de 1971, destinou um capítulo específico para a educação de jovens e adultos. Com a democratização da sociedade brasileira pós-regime arbitrário e, em meio a muitas mobilizações de educadores e de outros setores da sociedade civil, a Constituição de 1988, no artigo 208, define a garantia da oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria. Além disso, determina, no artigo 60 das disposições transitórias, que 50% dos recursos destinados à educação fossem aplicados na eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. Na nova Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional nº. 9394, de 1996, seção V é consagrada à educação de jovens e adultos. Por sua vez, o Plano Nacional de Educação aprovado pela Câmara Federal em 2000, com vetos posteriores do Presidente Fernando Henrique, também abre um capítulo para a educação de jovens e adultos, no qual propõe alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo, uma promessa feita tantas vezes, mas nunca cumprida. Finalmente, o Governo Federal instituiu por uma Medida Provisória de 27 de dezembro de 2000 o Programa de Apoio à Educação de Jovens e Adultos que integra o Projeto Alvorada, beneficiando os municípios atendidos pela Alfabetização Solidária em localidades com o menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A verdade é que, embora as taxas de analfabetismo das pessoas acima de 15 anos tenham caído desde os anos 20 do século passado, o número absoluto de analfabetos cresceu de 11 milhões e 500 mil em 1920 para cerca de 15 milhões e 100 mil em 1996 (BRASIL, 2000).

Malgrado esses dispositivos legais, constata-se, na verdade, que a educação de jovens e adultos, como uma política universal vem perdendo força no contexto das políticas públicas recentes. Desse modo, para enfrentar o analfabetismo adulto, o governo brasileiro recorre aos *“aparatos e práticas de ajuste social”*, como o Programa Alfabetização Solidária, uma ONG em que a *“sociedade”*, ou seja, empresários, banqueiros, socialites (algumas madames promovem festas beneficentes cujos recursos arrecadados são destinados à adoção de analfabetos) se debruçam sobre o *“social”* nessa *nova forma de acudir aos pobres*. Esse contexto se caracteriza pela existência de empresas que explicam a flexibilidade, produzem a *“exclusão”* e criam ao mesmo tempo, *“gerências de responsabilidade social”*.

Finalmente, cabe assinalar que a ofensiva cultural e econômica do neoliberalismo comporta contradições nos interstícios das quais se torna possível desenvolver formas de resistência às propostas originais, promovendo novas leituras e ressignificações na direção da articulação de uma outra política, volta-

da à “cidadania ampliada”, para além dos imperativos do mercado e da caridade.

Esse papel, em parte, vem sendo exercido pelas universidades, sobretudo as instituições públicas, em decorrência do seu potencial crítico, bem como pela experiência e a capacidade de luta dos movimentos sociais que, dessa forma, fazem política, no bom sentido da palavra, ou seja, na busca incessante pelo bem-estar coletivo e individual e pela efetiva constituição de uma democracia política e social em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Brasília, n.14, jan./fev., 2001.
- ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Brasília, n.15, mar./abr., 2001.
- ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Eveline; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sônia E. et al. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- BOSI, Alfredo. Sobre vidas secas. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.1, n. 2, p. 42-43, abr. 1982.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério de Educação, Cultura e Desportos. *Programa Alfabetização Solidária: módulo VI, avaliação final*. Brasília, 1999.
- BRASIL. Ministério de Educação, Cultura e Desportos. *Programa Alfabetização Solidária: perfil do aluno, impacto em 23 municípios do projeto-piloto, avaliação do módulo VII*. Brasília, 2000.
- CARONE, Modesto. Severinos e comendadores. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.1, n. 2, p. 44-45, abr. 1982.
- CASTEL, Robert. As armadilhas de exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela, et al. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CRUZ, Dalcy da Silva. *Caio Prado Júnior: renovação de uma época*. Natal, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- FIORI, José Luiz. *O Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Uma ausência. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.1, n. 2, p. 38-39, abr.1982.
- GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.
- GERMANO, José Willington. Pobreza e educação: o avesso da cidadania. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v.19, n. 57, p. 28-51, Jul. 1998.
- GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- HADDAD, Sérgio. Políticas e gestão em educação de jovens e adultos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. 1997, Brasília. *Educação e escolarização de jovens e adultos: experiências internacionais*. Brasília: MEC/Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário, 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos*. Brasília, 2000.
- LAPA, José Roberto Amaral. Caio Prado Júnior: formação do Brasil contemporâneo. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. São Paulo: SENAC, 1999.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHWARZ, Robert. A velha pobre e o retratista. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: v.1, n. 2, p. 35-38, abr. 1982.
- SOUZA, Paulo Renato de. A questão racial e a educação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 4-3, 30 ago. 2001.

José Willington Germano

46

VALLADARES, Lícia. *Representações da pobreza no Brasil urbano: da vadiagem à exclusão social*. Natal: [s.n.], 1995.

VERGUEIRO, Laura. Os vadios do século XVIII. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, v.1, n. 2, p. 28-29, abr. 1982.